

Pix, STF e redes sociais: governo brasileiro contesta argumentos dos EUA para novo tarifaço de 25% contra o Brasil

Category: BRASIL, ECONOMIA, GERAL

escrito por Alice Ketllen | 17 de julho de 2026



O governo brasileiro divulgou, nesta quinta-feira (16), uma nota contestando os argumentos usados pelo governo de Donald Trump para aplicar uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros. A medida foi confirmada pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) e deve entrar em vigor no dia 22 de julho.

No documento, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que iniciará “imediatamente” os trâmites previstos na Lei de Reciprocidade, aprovada pelo Congresso Nacional. A legislação permite que o Brasil adote medidas equivalentes contra países que imponham sanções, barreiras ou tarifas consideradas injustas.

Segundo o USTR, a decisão é resultado de uma investigação comercial que concluiu que “várias práticas do Brasil são consideradas injustificáveis e discriminatórias, restringindo a competitividade de agricultores, trabalhadores, inovadores e exportadores americanos”.

Entre os pontos citados pelos Estados Unidos estão o Pix, ações do Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo big techs, desmatamento, corrupção, tarifas sobre o etanol, propriedade intelectual e acordos comerciais brasileiros.

Sobre o Pix, o USTR afirmou que o Banco Central brasileiro “desfavoreceu provedores de serviços de pagamentos eletrônicos dos EUA, ao mesmo tempo em que favorece seu sistema nacional”. Em resposta, o governo brasileiro defendeu que o sistema foi criado para “ampliar o acesso da população e das empresas a meios de pagamento modernos, seguros e instantâneos”.

A nota brasileira também destacou a repercussão internacional do sistema. “O sucesso do Pix tem despertado interesse internacional e consolidado o Brasil como referência global em pagamentos instantâneos. Desde 2021, 47 bancos centrais solicitaram apoio técnico do Banco Central do Brasil para desenvolverem seus próprios sistemas de pagamentos instantâneos”, diz a nota.

O governo brasileiro também rebateu críticas sobre corrupção, meio ambiente, propriedade intelectual e comércio digital. Em relação às decisões do STF contra plataformas digitais, o Brasil afirmou que regula o ambiente digital de forma não discriminatória, “com base em objetivos legítimos de proteção do consumidor, segurança jurídica, estabilidade financeira e proteção de dados”.

Ainda segundo o governo brasileiro, as decisões do Supremo se aplicam igualmente a empresas nacionais e estrangeiras. “Empresas norte-americanas operam normalmente no ecossistema brasileiro de pagamentos e continuam expandindo sua presença no país. As políticas brasileiras promovem concorrência, inovação e inclusão financeira, sem criar barreiras ao comércio dos Estados Unidos”.

Sobre o etanol, os Estados Unidos alegam que o Brasil “descontinuou seu tratamento tarifário anteriormente

equilibrado para o etanol dos EUA e falhou em corresponder às tarifas norte-americanas ao etanol brasileiro”. O governo brasileiro respondeu que as alegações de restrição ao mercado “não encontram respaldo nos fatos nem nas normas multilaterais”.

A nota também contesta as críticas sobre desmatamento. Segundo o governo, o Brasil tem apresentado resultados concretos na redução dos índices e possui mecanismos legais e institucionais para fiscalização ambiental. “Diferentemente do que ocorreu no governo anterior, que promoveu graves retrocessos nas normas ambientais e redução da fiscalização, a partir de 2023 foram reforçadas as ações de monitoramento por satélite, fiscalização e combate aos ilícitos ambientais”.

Apesar da nova tarifa, os Estados Unidos divulgaram uma lista de produtos que ficarão fora da taxaço, como petróleo, café, carne bovina, aeronaves e celulose. Outros itens, como etanol, máquinas agrícolas e papel, serão sobretaxados.

A investigação americana foi conduzida com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, mecanismo que permite ao governo dos Estados Unidos apurar e combater práticas consideradas barreiras comerciais em outros países. O governo americano afirma que a tarifa pode ser modificada ou suspensa caso o Brasil elimine as práticas questionadas.

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
15/07/2026/16:21:56

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes

sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)

- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com